

PARQUE REGIONAL DE MANUTENCAO/5

Termo de Referência 9/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2026	160224-PARQUE REGIONAL DE MANUTENCAO/5	THIAGO DE MOURA ALVES	06/05/2026 10:10 (v 0.14)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	46/2026	64618.001853/2026-31

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de manutenção de maquinários da divisão técnica, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATMAT /CATSER	Und	Valor Médio	Valor Total
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS NECESSÁRIAS, EM EMPILHADEIRA ELÉTRICA PELETRANS PR20I, COM CAPACIDADE MÁXIMA DE 2.000 KG, COMPREENDENDO: TROCA DA ÁGUA DESTILADA; TROCA 02 (DOIS) CONJUNTOS DE VEDAÇÃO DO CILINDRO DE INCLINAÇÃO; TROCA DO ELEMENTO DE FILTRO DE RETORNO; APLICAÇÃO DE GRAXA ESPECIAL; APLICAÇÃO DE GRAXA LÍQUIDA PARA CORRENTE; TROCA DA MANGUEIRA MH24; TROCA DA MANGUEIRA MH25; TROCA DA MANGUEIRA MH28; TROCA DA MANGUEIRA MH29; TROCA DA GRADE DE PROTEÇÃO; TROCA DE 04 (QUATRO) ROLAMENTOS DAS RODAS DE CARGA; TROCA DE ÓLEO HIDRÁULICO; REVISÃO PREVENTIVA GERAL; SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO.	19402	Serviço	R\$ 15.039,20	R\$ 30.078,40
2	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS NECESSÁRIAS, EM EMPILHADEIRA MANUAL BREMEN, COM CAPACIDADE MÁXIDA DE 1.000 KG, COMPREENDENDO: TROCA DA MOLA DO PISTÃO ACIONADOR; TROCA DO CONJUNTO DE VEDAÇÃO; TROCA DO PISTÃO ACIONADOR; TROCA DE ÓLEO; SERVIÇO TÉCNICO DE REVISÃO E LIMPEZA	19402	Serviço	R\$ 1.457,13	R\$ 2.914,27

3	S SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM TROCA DE PEÇAS DE MÁQUINA DE COSTURA DE TRANSPORTE YAMATA. INCLUSOS NO SERVIÇO: - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO GERAL, LUBRIFICAÇÃO, REGULAGEM E TESTES; - TROCA DA LANÇADEIRA; - TROCA DA CAIXA DE BOBINAS.	15849	Serviço	R\$ 1.236,00	R\$ 2.472,00
4	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM TROCA DE PEÇAS DE MÁQUINA DE COSTURA MÁQUINA INTERLOCK GEMSY. INCLUSOS NO SERVIÇO: - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO GERAL, LUBRIFICAÇÃO, REGULAGEM E TESTES; - TROCA DE LOOPER; - TROCA DE PAR DE FACA.	15849	Serviço	R\$ 1.311,67	R\$ 5.246,67
5	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REGULAGEM DE MÁQUINA DE COSTURA DE TRANSPORTE YAMATA (MANUTENÇÃO GERAL, LUBRIFICAÇÃO, REGULAGEM E TESTES).	15849	Serviço	R\$ 504,00	R\$ 2.016,00
6	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REGULAGEM DE MÁQUINA DE COSTURA BORDADEIRA BROTHER (MANUTENÇÃO GERAL, LUBRIFICAÇÃO, REGULAGEM E TESTES)	15849	Serviço	R\$ 647,00	R\$ 1.294,00
7	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REGULAGEM DE MÁQUINA DE COSTURA PESPONTADEIRA GC20606L18 (MANUTENÇÃO GERAL, LUBRIFICAÇÃO, REGULAGEM E TESTES).	15849	Serviço	R\$ 647,00	R\$ 1.294,00
8	FORNECIMENTO E TROCA DE PNEU DIANTEIRO DO TRATOR: FORERUNNER 12.4-24	138428	Serviço	R\$ 2.448,79	R\$ 9.795,16
9	FORNECIMENTO E TROCA DE PNEU TRASEIRO DO TRATOR: PIRELLI 18.4-30	138428	Serviço	R\$ 6.630,14	R\$ 26.520,56
10	LIMPEZA, COM RECOLHIMENTO DE RESÍDUOS E LIMPEZA ESTRUTURAL, DE CAIXA SEPARADORA DE ÁGUA É ÓLEO, MODELO ZEPINI. CAPACIDADE 1,5 M³	16527	Serviço	R\$ 1.421,67	R\$ 2.843,33
11	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM TRATOR NEW HOLLAND, MODELO TL60E, COMPREENDENDO: - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DA CORREIA MOTOR; - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO FILTRO DE ÓLEO MOTOR; - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO FILTRO COMBUSTÍVEL; - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DA BOMBA COMBUSTÍVEL; - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO FILTRO DE AR PRIMÁRIO; - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO FILTRO DE AR SECUNDÁRIO; - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO DISCO DE EMBREAGEM; - FORNECIMENTO E TROCA DO ÓLEO DE MOTOR (20 LITROS); - FORNECIMENTO E TROCA DO ÓLEO CAIXA E DIFERENCIAL (60 LITROS); - REVISÃO COMPLETA DA BOMBA INJETORA; - REVISÃO DE 04 (QUATRO) BICOS INJETORES COM TROCA DE PONTEIRA; - REVISÃO DO SISTEMA ELÉTRICO; - REVISÃO DOS FREIOS; - REVISÃO DO SISTEMA DE DIREÇÃO	3573	Serviço	R\$ 36.979,37	R\$ 36.979,37
12	RECUPERAÇÃO DA MINI CARREGADEIRA BOBCAT S 185, COM TROCA OBRIGATÓRIA DAS SEGUINTE PEÇAS: - JOGO DE JUNTAS SUPERIOR; - JOGO DE JUNTAS INFERIOR; - JUNTA DE CABEÇOTE (1 FURO); - JOGO DE BRONZINAS MANCAL STD; - JOGO DE BRONZINAS DE BIELA STD; - JOGO DE ARRUELAS DE ENCOSTO SUPERIOR STD; - JOGO DE ARRUELAS DE ENCOSTO INFERIOR STD; - JOGO DE ANÉIS STD; - TUBO PESCADOR DE ÓLEO; - TAMPA DA BOMBA DE ÓLEO; - ROTOR INTERNO DA BOMBA DE ÓLEO; - ROTOR EXTERNO DA BOMBA DE ÓLEO; - CALÇO DE VÁLVULA; - JUNTA DO SILENCIOSO; - SENSOR DE RPM; - FILTRO LUBRIFICANTE; - FILTRO DE COMBUSTÍVEL; - FILTRO SISTEMA HIDRÁULICO;	5878	Serviço	R\$ 58.502,73	R\$ 58.502,73

	<ul style="list-style-type: none"> - FILTRO DE AR EXTERNO; - FILTRO DE AR INTERNO; - BLOCO DE CILINDROS E VIRABREQUEIM. 				
13	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE EMPILHADEIRA CPQD35N, COMPREENDENDO: <ul style="list-style-type: none"> - BANHO QUÍMICO NAS PEÇAS PARA ELIMINAR RESÍDUOS METÁLICOS; - RODA GÁS COMPLETO; - CHAVE DE PARTIDA; - VÁLVULA TERMOSTÁTICA; - LIMPEZA RADIADOR; - FILTRO TRANSMISSÃO; - ÓLEO DE MOTOR 20w50 (4 LITROS); - ÓLEO DE TRASMISSÃO ATF (8 LITROS); - FILTRO ÓLEO MOTOR; - FILTRO DE AR; - PEDAL ACELARADOR; - REVISÃO PARTE ELÉTRICA COMPLETA; - MOTOR DE ARRANQUE; - BATERIA 60AMP; - MANGUEIRAS TORRE (03 UND) 	19402	Serviço	R\$ 16.111,10	R\$ 16.111,10
14	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE EMPILHADEIRA DAEWOO G25E-3, COMPREENDENDO: <ul style="list-style-type: none"> - RODOGÁS COMPLETO; - RODOGÁS COMPLETO; - FILTRO DE CANTADOR; - LANTERNA DE PISCA (02 UND); - FILTRO TRANSMISSÃO; - ÓLEO DE MOTOR 20W50 (4 LITROS); - ÓLEO DE TRANSMISSÃO ATF (8 LITROS); - FILTRO ÓLEO MOTOR; - FILTRO DE AR; - MOTOR DE ARRANQUE; - BATERIA 60AMP; - REVISÃO PARTE ELÉTRICA COMPLETA 	19402	Serviço	R\$ 14.164,97	R\$ 14.164,97
15	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE EMPILHADEIRA YALE GP050, COMPREENDENDO: <ul style="list-style-type: none"> - REVISÃO COMPLETA TRANSMISSÃO; - REVISÃO PARTE ELÉTRICA COMPLETA; - FILTRO DE CANTADOR; - FILTRO TRANSMISSÃO; - ÓLEO DE MOTOR 20W50 (4 LITROS); - ÓLEO DE TRANSMISSÃO ATF (8 LITROS); - FILTRO ÓLEO MOTOR; - FILTRO DE AR; - MOTOR DE ARRANQUE; - BATERIA 60AMP 	19402	Serviço	R\$ 20.051,43	R\$ 20.051,43
16	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE EMPILHADEIRA HELI CFCD20, COMPREENDENDO: <ul style="list-style-type: none"> - FILTRO TRANSMISSÃO; - ÓLEO DE MOTOR 20W50 (20 LITROS); - FILTRO ÓLEO MOTOR; - FILTRO DE AR PRIMÁRIO; - FILTRO DIESEL; - FILTRO DE AR SECUNDÁRIO. 	19402	Serviço	R\$ 8.383,73	R\$ 8.383,73
17	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE EMPILHADEIRA DAEWOO G25E, COMPREENDENDO: <ul style="list-style-type: none"> - REVISÃO PARTE ELÉTRICA; - BOMBA HIDRÁULICA; - FILTRO TRANSMISSÃO; - ÓLEO DE MOTOR 20W50 (4 LITROS); - FILTRO ÓLEO MOTOR; - FILTRO DE AR; - MIOLO CHAVE DE PARTIDA; - BATERIA 60 AMP. 	19402	Serviço	R\$ 13.842,60	R\$ 13.842,60

18	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE EMPILHADEIRA YALE GP050 - VERDE, COMPREENDENDO: - REVISÃO PARTE ELÉTRICA; - FILTRO TRANSMISSÃO; - ÓLEO DE MOTOR 20W50 (4 LITROS); - FILTRO ÓLEO MOTOR: - FILTRO DE AR; - BATERIA 60 AMP; - RODOGÁS COMPLETO; - MOTOR DE ARRANQUE	19402	Serviço	R\$ 11.245,47	R\$ 11.245,47
19	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE EMPILHADEIRA CPQ25 - AMARELA, COMPREENDENDO: - REVISÃO MOTOR ELÉTRICO; - BATERIA 48 V; - ÓLEO HIDRÁULICO.	19402	Serviço	R\$ 72.741,20	R\$ 72.741,20
20	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE EMPILHADEIRA CLARK CFY – VERMELHA, COMPREENDENDO: - BATERIA 60 AMP; - ÓLEO HIDRÁULICO (40 LITROS); - REVISÃO CARBURADOR; - AJUSTE DE EIXO; - FILTRO DE ÓLEO MOTOR; - LIMPEZA DE RADIADOR; - FILTRO DE AR; - ÓLEO DE MOTOR	19402	Serviço	R\$ 12.409,20	R\$ 12.409,20
21	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE MINI CARREGADEIRA BOB CAT S185 , COMPREENDENDO: - RETIFICA DO MOTOR - BATERIA 60 AMP - ÓLEO HIDRÁULICO - FILTRO DE ÓLEO MOTOR - LIMPEZA DE RADIADOR - FILTRO DE AR - ÓLEO DE MOTOR.	5878	Serviço	R\$ 50.063,90	R\$ 50.063,90

1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador.

Item	Especificação	Und	Req Min	Req Máx	Qtd
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS NECESSÁRIAS, EM EMPILHADEIRA ELÉTRICA PELETRANS PR20I, COM CAPACIDADE MÁXIMA DE 2.000 KG, COMPREENDENDO: TROCA DA ÁGUA DESTILADA; TROCA 02 (DOIS) CONJUNTOS DE VEDAÇÃO DO CILINDRO DE INCLINAÇÃO; TROCA DO ELEMENTO DE FILTRO DE RETORNO; APLICAÇÃO DE GRAXA ESPECIAL; APLICAÇÃO DE GRAXA LÍQUIDA PARA CORRENTE; TROCA DA MANGUEIRA MH24; TROCA DA MANGUEIRA MH25; TROCA DA MANGUEIRA MH28; TROCA DA MANGUEIRA MH29; TROCA DA GRADE DE PROTEÇÃO; TROCA DE 04 (QUATRO) ROLAMENTOS DAS RODAS DE CARGA; TROCA DE ÓLEO HIDRÁULICO; REVISÃO PREVENTIVA GERAL; SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO.	Serviço	1	2	2
2	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS NECESSÁRIAS, EM EMPILHADEIRA MANUAL BREMEN, COM CAPACIDADE MÁXIMA DE 1.000 KG, COMPREENDENDO: TROCA DA MOLA DO PISTÃO ACIONADOR; TROCA DO CONJUNTO DE VEDAÇÃO;	Serviço	1	2	2

	TROCA DO PISTÃO ACIONADOR; TROCA DE ÓLEO; SERVIÇO TÉCNICO DE REVISÃO E LIMPEZA				
3	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM TROCA DE PEÇAS DE MÁQUINA DE COSTURA DE TRANSPORTE YAMATA. INCLUSOS NO SERVIÇO: - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO GERAL, LUBRIFICAÇÃO, REGULAGEM E TESTES; - TROCA DA LANÇADEIRA; - TROCA DA CAIXA DE BOBINAS.	Serviço	1	2	2
4	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM TROCA DE PEÇAS DE MÁQUINA DE COSTURA MÁQUINA INTERLOCK GEMSY. INCLUSOS NO SERVIÇO: - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO GERAL, LUBRIFICAÇÃO, REGULAGEM E TESTES; - TROCA DE LOOPER; - TROCA DE PAR DE FACA.	Serviço	1	4	4
5	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REGULAGEM DE MÁQUINA DE COSTURA DE TRANSPORTE YAMATA (MANUTENÇÃO GERAL, LUBRIFICAÇÃO, REGULAGEM E TESTES).	Serviço	1	4	4
6	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REGULAGEM DE MÁQUINA DE COSTURA BORDADEIRA BROTHER (MANUTENÇÃO GERAL, LUBRIFICAÇÃO, REGULAGEM E TESTES)	Serviço	1	2	2
7	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REGULAGEM DE MÁQUINA DE COSTURA PESPONTEIRA GC20606L18 (MANUTENÇÃO GERAL, LUBRIFICAÇÃO, REGULAGEM E TESTES).	Serviço	1	2	2
8	FORNECIMENTO E TROCA DE PNEU DIANTEIRO DO TRATOR: FORERUNNER 12.4-24	Serviço	1	4	4
9	FORNECIMENTO E TROCA DE PNEU TRASEIRO DO TRATOR: PIRELLI 18.4-30	Serviço	1	4	4
10	LIMPEZA, COM RECOLHIMENTO DE RESÍDUOS E LIMPEZA ESTRUTURAL, DE CAIXA SEPARADORA DE ÁGUA E ÓLEO, MODELO ZEPINI. CAPACIDADE 1,5 M³	Serviço	1	2	2
11	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM TRATOR NEW HOLLAND, MODELO TL60E, COMPREENDENDO: - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DA CORREIA MOTOR; - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO FILTRO DE ÓLEO MOTOR; - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO FILTRO COMBUSTÍVEL; - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DA BOMBA COMBUSTÍVEL; - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO FILTRO DE AR PRIMÁRIO; - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO FILTRO DE AR SECUNDÁRIO; - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO DISCO DE EMBREAGEM; - FORNECIMENTO E TROCA DO ÓLEO DE MOTOR (20 LITROS); - FORNECIMENTO E TROCA DO ÓLEO CAIXA E DIFERENCIAL (60 LITROS); - REVISÃO COMPLETA DA BOMBA INJETORA; - REVISÃO DE 04 (QUATRO) BICOS INJETORES COM TROCA DE PONTEIRA; - REVISÃO DO SISTEMA ELÉTRICO; - REVISÃO DOS FREIOS; - REVISÃO DO SISTEMA DE DIREÇÃO	Serviço	1	1	1
12	RECUPERAÇÃO DA MINI CARREGADEIRA BOBCAT S 185, COM TROCA OBRIGATÓRIA DAS SEGUINTE PEÇAS: - JOGO DE JUNTAS SUPERIOR; - JOGO DE JUNTAS INFERIOR; - JUNTA DE CABEÇOTE (1 FURO); - JOGO DE BRONZINAS MANCAL STD; - JOGO DE BRONZINAS DE BIELA STD; - JOGO DE ARRUELAS DE ENCOSTO SUPERIOR STD; - JOGO DE ARRUELAS DE ENCOSTO INFERIOR STD; - JOGO DE ANÉIS STD; - TUBO PESCADOR DE ÓLEO; - TAMPA DA BOMBA DE ÓLEO; - ROTOR INTERNO DA BOMBA DE ÓLEO; - ROTOR EXTERNO DA BOMBA DE ÓLEO; - CALÇO DE VÁLVULA; - JUNTA DO SILENCIOSO; - SENSOR DE RPM; - FILTRO LUBRIFICANTE; - FILTRO DE COMBUSTÍVEL;	Serviço	1	1	1

	<ul style="list-style-type: none"> - FILTRO SISTEMA HIDRÁULICO; - FILTRO DE AR EXTERNO; - FILTRO DE AR INTERNO; - BLOCO DE CILINDROS E VIRABREQUEIM. 				
13	<p>SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE EMPILHADEIRA CPQD35N, COMPREENDENDO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - BANHO QUÍMICO NAS PEÇAS PARA ELIMINAR RESÍDUOS METÁLICOS; - RODA GÁS COMPLETO; - CHAVE DE PARTIDA; - VÁLVULA TERMOSTÁTICA; - LIMPEZA RADIADOR; - FILTRO TRANSMISSÃO; - ÓLEO DE MOTOR 20w50 (4 LITROS); - ÓLEO DE TRASMISSÃO ATF (8 LITROS); - FILTRO ÓLEO MOTOR; - FILTRO DE AR; - PEDAL ACELARADOR; - REVISÃO PARTE ELÉTRICA COMPLETA; - MOTOR DE ARRANQUE; - BATERIA 60AMP; - MANGUEIRAS TORRE (03 UND) 	Serviço	1	1	1
14	<p>SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE EMPILHADEIRA DAEWOO G25E-3, COMPREENDENDO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - RODOGÁS COMPLETO; - RODOGÁS COMPLETO; - FILTRO DE CANTADOR; - LANTERNA DE PISCA (02 UND); - FILTRO TRANSMISSÃO; - ÓLEO DE MOTOR 20W50 (4 LITROS); - ÓLEO DE TRANSMISSÃO ATF (8 LITROS); - FILTRO ÓLEO MOTOR; - FILTRO DE AR; - MOTOR DE ARRANQUE; - BATERIA 60AMP; - REVISÃO PARTE ELÉTRICA COMPLETA 	Serviço	1	1	1
15	<p>SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE EMPILHADEIRA YALE GP050, COMPREENDENDO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - REVISÃO COMPLETA TRANSMISSÃO; - REVISÃO PARTE ELÉTRICA COMPLETA; - FILTRO DE CANTADOR; - FILTRO TRANSMISSÃO; - ÓLEO DE MOTOR 20W50 (4 LITROS); - ÓLEO DE TRANSMISSÃO ATF (8 LITROS); - FILTRO ÓLEO MOTOR; - FILTRO DE AR; - MOTOR DE ARRANQUE; - BATERIA 60AMP 	Serviço	1	1	1
16	<p>SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE EMPILHADEIRA HELI CFCD20, COMPREENDENDO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - FILTRO TRANSMISSÃO; - ÓLEO DE MOTOR 20W50 (20 LITROS); - FILTRO ÓLEO MOTOR; - FILTRO DE AR PRIMÁRIO; - FILTRO DIESEL; - FILTRO DE AR SECUNDÁRIO. 	Serviço	1	1	1
17	<p>SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE EMPILHADEIRA DAEWOO G25E, COMPREENDENDO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - REVISÃO PARTE ELÉTRICA; - BOMBA HIDRÁULICA; - FILTRO TRANSMISSÃO; - ÓLEO DE MOTOR 20W50 (4 LITROS); - FILTRO ÓLEO MOTOR; - FILTRO DE AR; - MIOLO CHAVE DE PARTIDA; - BATERIA 60 AMP. 	Serviço	1	1	1
	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE EMPILHADEIRA YALE GP050 - VERDE, COMPREENDENDO:				

18	- REVISÃO PARTE ELÉTRICA; - FILTRO TRANSMISSÃO; - ÓLEO DE MOTOR 20W50 (4 LITROS); - FILTRO ÓLEO MOTOR: - FILTRO DE AR; - BATERIA 60 AMP; - RODOGÁS COMPLETO; - MOTOR DE ARRANQUE	Serviço	1	1	1
19	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE EMPILHADEIRA CPQ25 - AMARELA, COMPREENDENDO: - REVISÃO MOTOR ELÉTRICO; - BATERIA 48 V; - ÓLEO HIDRÁULICO.	Serviço	1	1	1
20	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE EMPILHADEIRA CLARK CFY – VERMELHA, COMPREENDENDO: - BATERIA 60 AMP; - ÓLEO HIDRÁULICO (40 LITROS); - REVISÃO CARBURADOR; - AJUSTE DE EIXO; - FILTRO DE ÓLEO MOTOR; - LIMPEZA DE RADIADOR; - FILTRO DE AR; - ÓLEO DE MOTOR	Serviço	1	1	1
21	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE MINI CARREGADEIRA BOB CAT S185 , COMPREENDENDO: - RETIFICA DO MOTOR - BATERIA 60 AMP - ÓLEO HIDRÁULICO - FILTRO DE ÓLEO MOTOR - LIMPEZA DE RADIADOR - FILTRO DE AR - ÓLEO DE MOTOR.	Serviço	1	1	1

1.3. Os serviços objetos desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar. Nesse contexto, incluem-se o fornecimento de peças, componentes e insumos necessários à sua execução, sendo tais fornecimentos considerados acessórios e indispensáveis à adequada manutenção dos equipamentos.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de cento e oitenta dias contados da assinatura do contrato ou, quando na ausência deste, contados a partir da confirmação do recebimento da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 394452000103-0-000146/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 07/05/2024;
- III) Id do item no PCA: 37;
- IV) Classe/Grupo: 871 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL,MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Serão exigidos da contratada que:

4.1.1. forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.1.2. respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e– preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA no 257, de 30 de junho de 1999;

Indicação de marcas ou modelos

4.2. As peças a serem substituídas devem ser obrigatoriamente do tipo originais, genuínas ou equivalentes, desde que comprovadamente compatíveis com o equipamento e atendam às especificações técnicas do fabricante.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Não haverá vedação de determinada marca e/ou produto, desde que atendidos os requisitos técnicos estabelecidos.

Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.6. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Local de execução dos serviços

4.7. A Contratada deverá possuir oficina localizada em um raio de 100 (cem) quilômetros da contratante, com horário de funcionamento de segunda-feira a sexta-feira em horário de expediente comercial. Tal exigência fundamenta-se nos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021. A limitação geográfica tem por objetivo reduzir custos logísticos relacionados ao deslocamento de viaturas e ao tempo de indisponibilidade do material, assegurando maior celeridade na execução dos serviços e racionalização dos recursos

públicos, bem como facilitar o controle e a fiscalização contratual, possibilitando a realização de inspeções com maior frequência e efetividade. Trata-se de medida proporcional e tecnicamente justificada, não configurando restrição indevida à competitividade, mas requisito necessário à adequada execução do objeto contratado.

Gestão e destinação de resíduos

4.8. Para os itens cuja execução envolva a geração, manuseio ou remoção de resíduos, especialmente aqueles classificados como perigosos (Classe I), a contratada será integralmente responsável pela coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

A contratada deverá possuir, em nome próprio, as licenças ambientais compatíveis com as atividades desempenhadas, bem como comprovar que a destinação final dos resíduos ocorre em instalações devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, vedada a subcontratação do objeto.

A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado pela Administração, os documentos comprobatórios da destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, tais como Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) e certificados de destinação final, quando aplicável ao objeto contratado.

A contratada responderá integralmente por quaisquer danos ambientais decorrentes da execução dos serviços que envolvam resíduos, isentando a Administração de responsabilidade solidária ou subsidiária.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O prazo para a realização do serviço e devolução do componente mantido será de 30 (trinta) dias. Este prazo se iniciará a partir da retirada do objeto no Parque Regional de Manutenção/5 pela contratada.

5.1.2. O objeto a ser submetido à manutenção deverá ser retirado no Parque Regional de Manutenção/5, ou ter sua manutenção realizada no local, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho pela contratada, ressalvado o item 10, cuja execução deverá ocorrer obrigatoriamente nas dependências da contratante.

5.1.2.1. A retirada no Parque Regional de Manutenção/5 – Pq R Mnt/5 (UG gerenciadora) ocorrerá no seguinte endereço: Av. Francisco Manoel Albizu, nº 320, Bairro Bacacheri, Curitiba-PR, CEP: 82600-370, nos seguintes horários: de segunda a quinta-feira, das 08h às 12h e das 13h30 às 16h30, e às sextas-feiras, das 08h às 11h30.

5.1.2.2. Após a execução do serviço, o objeto mantido deverá ser devolvido no mesmo local onde foi realizada a retirada, pela contratada.

5.1.2.3 A empresa contratada é responsável pela retirada e devolução de todos os materiais passíveis de manutenção.

5.1.2.4 Todos os custos decorrentes da coleta do material, transporte e execução dos serviços são obrigações da empresa contratada, inclusive eventuais erros de dimensionamento da execução dos serviços objeto desta contratação.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços deverão ser executados nas instalações da CONTRATADA, exceto o item 10, cuja execução deverá ocorrer nas dependências do Parque Regional de Manutenção, conforme endereço previamente indicado no item 5.1.2.1.

Especificação da garantia do serviço

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.6. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado *não necessitará* manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.30. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.31. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.58. Cabe ao gestor do contrato:

6.58.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.58.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.58.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.58.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.58.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.58.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.58.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.58.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.58.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.58.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.59. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apêndice B deste Termo de Referência, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Prazo de retirada do material para manutenção;

7.4.2. Execução dos serviços de manutenção; e

7.4.3. Verificação de funcionamento e aceite técnico;

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **15 (quinze)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento a partir da avaliação da execução do objeto, por parte do fiscal técnico do contrato.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 8 (oito) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice e Geral de Preços ao Mercado - IGP-M de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38. *Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 31/01/2025.*

7.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Geral de Preços ao Mercado - IGP-M de correção monetária, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.46.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.47. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.*

8.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

8.2.4.1.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 25% a 30% (vinte e cinco a trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 19% (dezenove por cento) a **24% (vinte e quatro por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 13% (treze por cento) a 18% (dezoito por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 6% (seis por cento) do valor da contratação

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão

apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.*

Regime de Execução

9.3. *O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.*

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:*

9.4.1. *Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.*

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnico-Operacional

9.22. Será exigida a qualificação técnica somente das empresas que não apresentarem em seu objeto social, ramo de atividade compatível com o objeto contratual conforme exigências abaixo:

9.22.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente,

quando for o caso.

9.22.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.22.2.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 01 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.22.2.2. Execução em serviços de reparação em peças/conjuntos/acessórios de viaturas blindadas de qualquer marca ou fabricante;

9.22.3 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.22.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.22.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.22.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.23. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.24. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.25. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.25.1. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.26. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.27. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.28. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 398.970,09** (Trezentos e noventa e oito mil, novecentos e setenta reais e nove centavos, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.4. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.4.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.4.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 3 (três) dias*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (*Nota de Empenho*), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

- 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- 3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias.
- 3.1.11. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*
- 3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 3.1.16. *Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.*
- 3.1.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 3.1.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- 4.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.
- 4.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 4.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
- 4.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 4.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- 4.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.31. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 4.32. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 4.33. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 4.34. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 4.35. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 4.36. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 4.37. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 4.38. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

4.39. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

4.40. *Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.*

4.41. *Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.*

4.43. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

6.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

6.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

6.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

6.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual*

6.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.9.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.10.3. Indenizações e multas.

6.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A26]

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Curitiba, Seção Judiciária do Paraná para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº 90006/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 2026.

(*Nome e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SERGIO JOAO BUFFON JUNIOR

Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação

Despacho: Aprovo o referido Termo de Referência.

WANDERSON BRAGA DE SOUZA

Autoridade competente